

INTERVIR NO PATRIMÓNIO  
INDUSTRIAL: DAS EXPERIÊNCIAS  
REALIZADAS ÀS NOVAS PERSPECTIVAS  
DE VALORIZAÇÃO

*Ana Cardoso de Matos*

*Isabel Maria Ribeiro*

*Maria Luísa Santos*

APAI – Associação Portuguesa  
de Arqueologia Industrial

#### A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

A génese do conceito de património industrial e o desenvolvimento da disciplina científica que investiga os vestígios da Revolução Industrial e das sociedades industrializadas, a arqueologia industrial, remontam à 2.<sup>a</sup> metade do séc. xx, com a tomada de consciência da importância de estudar e salvaguardar os sinais essenciais à manutenção da memória de uma era que marcou a nossa contemporaneidade. Na realidade, os efeitos da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial e o período de reconstrução que se lhe seguiu, a expansão das cidades, o surto industrial e o desenvolvimento tecnológico do pós-guerra concorreram para o desaparecimento ou para a reconversão de unidades e processos industriais, para o abandono de zonas fortemente industrializadas no séc. xix e na primeira metade do séc. xx, com o conseqüente desaparecimento de toda uma actividade que se criara em função de determinadas indústrias, fazendo emergir a necessidade de se desenvolverem práticas de intervenção no terreno com o objectivo de inventariar, estudar, preservar e valorizar os vestígios físicos da Revolução Industrial e da industrialização.

Se o séc. xix é o século em que o conceito de património se afirma e o monumento histórico se consagra, estreitamente ligado ao emergir da era industrial, temos de reconhecer que Sousa Viterbo (1845–1910), ao utilizar em 1896 <sup>[1]</sup> a expressão “arqueologia industrial” para defender a necessidade de estudar os moinhos, ameaçados pela expansão das modernas moagens a vapor, indicia já o desenvolvimento de uma noção mais abrangente de património, original para os finais do séc. xix.

No entanto, apesar desta utilização pioneira do termo, é clássico considerar a reacção à destruição de uma parte significativa da *Euston Station*, em Londres,

[1] VITERBO, Sousa  
Archeologia  
industrial portu-  
guesa: os moinhos.  
*O Archeologo*  
Português, Lisboa.  
Volume II, n.ºs 8–9  
(1896), p. 13.

em 1962, como o acontecimento que desencadeou no Reino Unido um forte movimento tendente ao estudo e preservação dos vestígios do passado industrial e à emergência da arqueologia industrial como nova disciplina científica. As raízes deste movimento encontram-se ainda na década de 50, com Michael Rix a utilizar a expressão “arqueologia industrial” num artigo publicado em 1955, com a criação do *Industrial Archaeology Research Committee* em 1958, a realização em Inglaterra da 1.ª Conferência Nacional sobre Arqueologia Industrial e a definição do conceito de “monumento industrial” pelo *Council for British Archaeology*, em 1959. Mas a destruição daquele importante símbolo da industrialização inglesa (a estação de Euston, inaugurada em 1837, fora uma das primeiras estações terminais londrinas do caminho de ferro) marca o início de um processo de envolvimento da sociedade britânica com o seu património industrial, com a emergência de inúmeras associações locais e regionais dedicadas à arqueologia industrial, à inventariação e à preservação dos vestígios industriais.

O âmbito cronológico, o objecto de estudo e o próprio conceito de arqueologia industrial foram evoluindo ao longo das décadas seguintes, paralelamente ao desenvolvimento da arqueologia industrial noutros países europeus e nos Estados Unidos, o que ocorreu em força na década de 70 do séc. xx. Esta expansão da arqueologia industrial e a afirmação do conceito de património industrial, ligados ao desenvolvimento de todo um leque de opções de valorização, que vão da reutilização para os mais diversos fins (científicos, culturais, educativos, sociais, económicos e mesmo políticos) à musealização, passando pela preservação *in situ* de vestígios simbólicos, ainda que em ruína, acompanha o processo de desindustrialização de vastas regiões que, ao assumirem novos papéis e novas funções económicas, procuram igualmente guardar e tornar vivas as memórias do seu passado. Na sequência da recessão económica dos anos setenta, apesar da conjuntura económica desfavorável, foram criados em várias regiões francesas museus que tinham o objectivo “tanto de conservar um traço da sociedade industrial e agrícola herdada do século XIX, como para assumir a passagem para a era pós industrial” [2]. Graças a este movimento existem hoje museus industriais que vão dos museus da hidroelectricidade e minas até ao museus da imprensa ou do calçado e em todos eles se “conservam e apresentam no essencial, colecções de objectos técnicos que eram utilizados, muitas vezes até um período recente, quotidianamente, nas actividades domésticas e profissionais” [3].

[2] RASSE, Paul  
*Techniques et Cultures au Musée*.  
Paris, Presses  
Universitaires de  
Lyon, 1997. p. 17.

[3] Idem, *Ibidem*,  
p. 17.

#### A ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL EM PORTUGAL E A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

Em Portugal, o desenvolvimento da arqueologia industrial data igualmente dos finais da década de 70, com a realização da primeira exposição de arqueologia industrial em Tomar, em 1978. Dois anos mais tarde fundava-se a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL) e, em 1985, realizava-se em Lisboa, num edifício emblemático do património industrial — a Central Tejo — uma importante exposição intitulada *Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender* que abriu vastas perspectivas de intervenção e de entrosamento entre entidades oficiais, empresas e associações oriundas da sociedade civil para o desenvolvimento de projectos de investigação, estudo e valorização do património industrial. Na sequência desta exposição, realizou-se em 1986 o 1.º Encontro Nacional sobre o Património Industrial, com sessões preparatórias em Coimbra e Guimarães e sessão plenária em Lisboa, com mais de 200 participantes e um total de 69 comunicações. Nas conclusões gerais desse Encontro defendia-se a necessidade de apoio oficial à Arqueologia Industrial nas suas várias vertentes; incluindo a criação de um departamento em ligação estreita com um organismo oficial, cuja incumbência imediata seria proceder ao inventário do património industrial a nível nacional e preparar o museu da indústria de forma a que este pudesse abranger realizações museológicas locais; propunha-se ainda, concretamente, a classificação de uma série de edifícios e sítios de Norte a Sul do país.

Na sequência deste Encontro, a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL) procedeu à revisão dos seus estatutos e transformou-se, em 1987, na Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI).

Entre as actividades que têm vindo a ser desenvolvidas por esta Associação, destacam-se a realização e coordenação de inventários do património industrial, locais e temáticos, desenvolvidos quase sempre em colaboração e com o apoio das autarquias. São exemplos o inventário das fábricas de Lisboa (Alcântara, Belém e Vale de Chelas), o inventário do parque industrial da Venda Nova (Amadora), o inventário do património industrial de Vila Franca de Xira, o inventário das fábricas de papel da região de Santa Maria da Feira e o inventário das fábricas de vidro da Marinha Grande. Destacam-se ainda as intervenções arqueológicas (na Fábrica de Garrafas da Amora, na Real Fábrica de Vidros de Coina, na Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã, na Fábrica de Vidros “Angolana” na Marinha Grande e na Real Fábrica de Papel do Engenho

Novo, em Paços de Brandão) e as intervenções a nível da recuperação, reutilização e musealização do património industrial. Neste último caso, assinalamos o Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica de Panos, integrada no Museu dos Lanifícios da Região da Covilhã, resultante de um protocolo com a Universidade da Beira Interior, o Museu da Fábrica de Cimento de Maceira-Liz e o Museu Mineiro do Lousal, cuja primeira fase (Centro de Acolhimento e Núcleo da Central Eléctrica) abriu ao público em Maio de 2001.

#### A FORMAÇÃO ACADÉMICA E O ASSOCIATIVISMO: DUAS ACTIVIDADES CONVERGENTES

Em alguns países, como foi, por exemplo, o caso da Alemanha, o desenvolvimento da arqueologia industrial esteve associado à formação universitária. Em Portugal, só nos finais da década de 80 a arqueologia industrial encontrou eco na universidade, nomeadamente no curso de História da Universidade de Coimbra. Na década seguinte foi a vez de o Departamento de História da Universidade de Évora integrar esta disciplina no curso de História – Património Cultural.

Embora a formação universitária seja necessária para criar técnicos especializados com uma visão abrangente de património e um conhecimento aprofundado das metodologias e técnicas da sua investigação, a acção das associações na área da formação permite atingir um público diversificado, com uma formação muitas vezes heterogénea, que pode actuar de uma forma mais imediata no terreno. Neste sentido, a APAI tem realizado acções de formação, nomeadamente na sequência de pedidos das Câmaras Municipais que procuram desenvolver o inventário do seu património industrial.

Como resultado da diversificação e da especialização do turismo, a APAI foi convidada pelo Centro Nacional de Cultura (com quem já realizara o primeiro curso de iniciação à arqueologia industrial) para, entre 1988 e 1990, organizar e leccionar um curso de guias especializados em arqueologia, com uma forte componente de arqueologia industrial.

A conjugação de esforços de pessoas com formações diversas, que podem intervir em diversos níveis no património, é o único garante da sua preservação, da sua revitalização e da sua incorporação na memória colectiva. O exemplo do Reino Unido, onde o movimento de voluntariado nesta área do património acompanha a intervenção de especialistas com formação pluridisciplinar, demonstra bem como o associativismo, em conjugação com a formação

académica e a sensibilização das várias entidades que tutelam o património industrial, pode ser uma via eficaz para a sua manutenção e valorização.

#### A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Paralelamente ao desenvolvimento da arqueologia industrial enquanto área científica pluridisciplinar, a questão da preservação e valorização dos bens industriais, tangíveis e intangíveis, encontra-se no cerne das preocupações dos que lidam com esta área do património. Do mesmo modo, o “*acesso para todos à cultura científica e técnica*” é, no momento presente, uma das principais preocupações associadas aos museus técnicos e industriais [4].

De acordo com um dos pioneiros da arqueologia industrial, Kenneth Hudson (1916–1999), “*é conveniente e barato pretender que um registo adequado do passado pode ser mantido através de filmes, livros, imagens, plantas, desenhos ou fotografias, que a documentação histórica é uma questão de estantes, arquivos e computadores. Se isto fosse verdade, poderíamos demolir amanhã o Coliseu de Roma e o Palácio de Versalhes e dar aos seus terrenos uma utilização rentável do ponto de vista comercial. (...) Mas nós sabemos que tal não é verdade, que uma fotografia ou um modelo do Coliseu não equivalem de forma alguma à oportunidade de entrar e andar dentro dele, admirando as suas dimensões e as suas técnicas de construção e imaginando a brutalidade e os gritos dos espectáculos de massas que um dia ali tiveram lugar. (...)*

*(...) Uma das principais razões para se querer preservar um edifício original é poder recuperar a relação entre as pessoas e o espaço no passado. (...) Dar às pessoas de hoje a oportunidade de experimentar os espaços de ontem é uma das principais razões para preservar edifícios antigos.”* [5]

Complementando estas palavras, Kenneth Hudson considerava que, até os governos compreenderem que os monumentos industriais são parte essencial do património cultural de cada país, em pé de igualdade com castelos, palácios, mosteiros e catedrais e que, como tal, merecem do mesmo prestígio, reconhecimento e apoio financeiro, seria mais adequado e mais exequível, em termos estratégicos, políticos e económicos, preservar estruturas “típicas”, geralmente mais disseminadas territorialmente, de menores dimensões e representativas de uma época, do que obras excepcionais e grandiosas, que exigem maiores investimentos para poderem ser conservadas. Nesta óptica, tornar-se-ia mais fácil obter apoios à preservação a nível local, tanto do ponto de vista financeiro como da própria participação da comunidade no esforço de protecção e valorização

[4] SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte. *La société industrielle et ses musées. Demande sociale et choix politiques 1890-1990*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 1992. p. 13 (tradução nossa).

[5] HUDSON, Kenneth, Preserving industrial monuments: what is possible and what is not. In *1 encontro nacional sobre o património industrial* – “Actas e comunicações”. Coimbra: Coimbra Editora, 1990. vol. II, p. 40–41 (tradução nossa).

de um património que materializa a sua memória e ilustra a sua identidade. Em nossa opinião tal não poderá obstar, contudo, ao esforço de conservação de aspectos mais excepcionais e quiçá grandiosos que, pelo significado que tiveram no tempo em que foram concebidos e utilizados, merecem igualmente um lugar de destaque na selecção patrimonial que hoje fazemos para o futuro. Se é um facto que muito do que marcou o advento e a afirmação da civilização industrial terá forçosamente de desaparecer, pois o mundo continua a mudar e a renovar-se, é também verdade que a responsabilidade de seleccionar o que deverá ser mantido para testemunhar as suas várias e diversas vertentes nos cabe hoje, a nós. “*Há uma biologia dos objectos, como há das pessoas*”<sup>[6]</sup>, e muitos dos vestígios históricos, imóveis e móveis, de épocas passadas, chegaram até nós por puro acaso e não como resultado de uma política deliberada de selecção de bens patrimoniais. E tal facto não é forçosamente negativo. Se essa selecção tivesse sido feita, teríamos testemunhos mais significativos do que temos hoje? E será que aquilo que hoje estamos a preservar para o futuro será realmente significativo da nossa época? Na verdade, o que se preserva para o futuro é aquilo que tem significado no presente e é a vontade dos homens ao longo dos tempos que vai seleccionando o que se mantém e o que é destruído, pelo que a integração dos testemunhos do passado na vida contemporânea é fundamental na perspectiva da sua salvaguarda. Essa integração passa por dar a esses vestígios um sentido, um destino útil, através e para a sua valorização. Essa valorização pode revestir-se de várias formas, da simples conservação e restauro aos programas de animação, à musealização e à reutilização para os mais variados fins. Para Françoise Choay, “*consistindo em reintroduzir um monumento desafectado no circuito das utilizações vivas, em arrancá-lo a um destino museológico, a reutilização é, sem dúvida, a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial. (...) Atribuir-lhe novo destino é operação difícil e complexa, que não se deve fundar apenas sobre uma semelhança com o destino original.*”<sup>[7]</sup> Em relação concretamente ao património industrial, Françoise Choay considera que os edifícios individuais, “*frequentemente de construção sólida, sóbria e de fácil manutenção, são facilmente adaptáveis às normas de utilização actuais e prestam-se a utilizações, públicas e privadas, múltiplas. Na Europa, tal como nos Estados Unidos, são inúmeras as fábricas, ateliers e entrepostos transformados em imóveis de habitação, em escolas, em teatros ou mesmo em museus. (...). Esta reconversão dos edifícios, pertencendo alguns à história da técnica, depende, quer de uma conservação histórica, quer de uma saudável economia logística. Em contrapartida, estas marcas*

[6] *Idem, Ibidesi*  
p. 37.

[7] SCHOAY,  
Françoise  
*A alegoria do pa-  
mónia*. Lisboa,  
Edições 70, 200  
p. 191.

*anacrónicas que são os baldios industriais, os poços e os carris das minas desertas, os montes de escória, as docas e os estaleiros navais abandonados, possuem, antes de mais, um valor afectivo de memória para aqueles para quem, desde há gerações, eles eram o território e o horizonte e que procuram não ser delas desapossados. Para os outros, eles têm um valor documental sobre uma fase da civilização industrial. Documento à escala das regiões, que a memória fotográfica conservará, mas cuja preservação real parece tornada ilusória pelas suas próprias dimensões, num tempo de urbanização e de remodelação dos territórios.”* [8]

Mas até estas “marcas anacrónicas” são susceptíveis de se integrar em projectos de desenvolvimento, contribuindo para o relançamento económico e social, por mediação da cultura, de zonas deprimidas por terem desaparecido as actividades que outrora lhes deram vida. E os museus ou ecomuseus industriais pertencem, como refere Louis Bergeron “a uma categoria de museus que, melhor certamente do que os de belas-artes, podem ser terrenos de experimentação de uma cultura museológica nova, e de uma mutação do sentido do conceito do próprio museu”. [9]

#### A ACTUAÇÃO DA APAI NA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Um dos exemplos mais recentes da aplicação de novas estratégias museológicas é o antigo complexo mineiro do Lousal, no concelho de Grândola. Integrado na Faixa Piritosa Ibérica, terminou a exploração em 1988. Na sequência do encerramento da mina, o RELOUSAL – Projecto de Desenvolvimento Integrado de Redinamização do Lousal veio criar condições de continuidade de vida na antiga localidade mineira, revitalizando-a através da preservação das suas memórias e da reutilização dos seus espaços. O projecto contempla, entre outros aspectos, a recuperação das habitações, a criação de condições para a instalação de pequenas empresas e o estabelecimento de infra-estruturas turísticas, tudo isto em torno do Museu Mineiro do Lousal, cujo programa define a existência de diferentes núcleos temáticos ligados à actividade mineira, a funcionar em várias instalações da mina [10]. Trata-se de uma ideia a por em prática com a indispensável participação e envolvimento da população, da antiga comunidade mineira do Lousal. Sendo um dos objectivos primordiais do RELOUSAL a criação de emprego, é importante referir que, na preparação e montagem da primeira fase do museu [11] e sempre que tal foi possível, os vários trabalhos que envolveram a recuperação de espaços da mina e a sua musealização foram executados por empresas e trabalhadores do Lousal, o que só por si constitui

[8] *Idem, Ibidem*, p. 191–192.

[9] BERGERON, Louis. La place du Patrimoine Industriel dans la Culture Occidentale Aujourd’hui. In GARCÍA HOURCADE, Juan, MORENO YUSTE, Juan M. y RUIZ HERNÁNDEZ, Gloria (coord.), *Estudios de Historia de las Técnicas, La Arqueología Industrial y las Ciencias*, Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura, 1998, p. 35 (tradução nossa).

[10] Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) *Museu Mineiro do Lousal: Programa Arqueológico*. Lisboa, 1997.

[11] Correspondente ao Centro de Acolhimento e ao Núcleo da Central Eléctrica.



um aspecto essencial para a identificação da população com a criação do museu e com o seu desenvolvimento. Também a recepção e a orientação dos públicos estão a cargo de jovens habitantes do Lousal e são antigos trabalhadores da mina que fazem o acompanhamento das visitas, pois são eles o repositório de todas as memórias que podem tornar vivos aqueles espaços.

O Núcleo da Central Eléctrica desenvolve-se na antiga central, único espaço em toda a mina que conservou a maior parte dos seus equipamentos. Face a esta realidade, a opção foi recuperar a central e adaptá-la à sua nova função de museu, criando uma exposição que permitisse compreender e valorizar ao máximo aquele espaço, enquadrando-o com o tema “Energia e Minas”. De acordo com o Programa Museológico, o Centro de Acolhimento (localizado na antiga sala do ponto), com um auditório onde são projectados filmes sobre as actividades da mina e onde se faz a apresentação geral do Lousal, virá a funcionar como área de preparação para a descida à mina, utilizando para tal os antigos balneários dos mineiros, após recuperação. As próximas fases de execução do programa incluirão o Núcleo Geológico e Mineralógico, espaço que se prevê venha a ter uma ligação muito estreita à investigação e à universidade, e o Núcleo Central, nas instalações junto ao poço em que se fará a descida a uma das galerias da mina, onde se desenvolverão os vários aspectos ligados à história e tecnologia mineira e, mais concretamente, à vida no Lousal.

Apenas focado a título de exemplo, o Lousal aponta um dos muitos caminhos que a reutilização e a valorização do património industrial podem seguir. O envolvimento das comunidades locais no processo é fundamental, pelo que um programa de reutilização deverá ter em consideração as várias necessidades das populações e também as suas expectativas. Não existe uma “fórmula mágica” para as intervenções sobre o património industrial. Elas devem adequar-se a cada caso, que deverá ser estudado em função de variados e diferentes factores, como sejam a originalidade, a exemplaridade, a representatividade em relação a um sector industrial, a uma época, a uma tecnologia ou a um processo, a qualidade arquitectónica, o papel desempenhado no seio de uma comunidade, numa região, no país ou a nível internacional, entre outros.

Nas intervenções anteriores da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial a nível da reconversão de espaços industriais, as experiências foram sempre diferentes: se no Núcleo da Tinturaria da Antiga Fábrica de Panos da Covilhã nos encontrávamos perante um espaço classificado como imóvel de interesse público e com necessidades relacionadas com a actividade académica

que já aí se desenvolvia, obrigando a que algumas zonas da área musealizada fossem simultaneamente zonas de circulação da universidade, e onde foi necessário fazer preceder o projecto de uma intervenção arqueológica minuciosa, pondo a descoberto todos os vestígios ainda existentes da antiga tinturaria, já no caso do museu da Fábrica de Cimento de Maceira-Liz nos encontramos perante uma realidade diferente — a do museu de empresa.

Um outro projecto, também ele diferente, em que a APAI está a iniciar a colaboração, consiste na reconversão da antiga Destilaria da Brogueira (Torres Novas), onde uma vertente museológica sobre a destilaria do figo se entrosará com um espaço para múltiplas actividades artísticas, incluindo as artes plásticas e as artes de palco.

#### **NOVAS PERSPECTIVAS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL**

Para além dos exemplos apontados para Portugal, experiências noutros países têm demonstrado a possibilidade de associar o património industrial a iniciativas museológicas não ligadas a esta área, como é o caso da New Tate Gallery, em Londres, ou o recente núcleo museológico do museu de escultura de Roma, instalado numa central eléctrica desactivada. As características arquitectónicas de alguns edifícios industriais permitem, de facto, adequá-los às necessidades das exposições de arte.

A grande renovação tecnológica que se tem verificado nas últimas décadas e que obrigou à substituição de grande parte da maquinaria de algumas empresas, muitas vezes com uma substancial diminuição do espaço pela miniaturização da maquinaria e pela substituição de processos de fabrico, coloca hoje a possibilidade de criar núcleos museológicos em empresas que ainda se encontram em actividade. Desta forma, associa-se a actividade produtiva actual com a visualização de formas e processos de produção já ultrapassados, o que permite aos visitantes uma percepção da evolução técnica de determinada actividade industrial.

As questões ambientais que se encontram hoje na ordem do dia foram em grande parte provocadas pelo desenvolvimento industrial. Associando o património industrial a programas de educação ambiental, será possível tornar perceptíveis as formas de poluição que ao longo do tempo foram sendo produzidas pelas unidades fabris, assim como todo o tipo de impacte ambiental provocado pela instalação de unidades produtivas. Simultaneamente, tornar-se-á visível como o desenvolvimento tecnológico e o controlo ambiental permitiram reduzir a poluição e minorar os efeitos do impacte ambiental.

A valorização assumirá, neste caso, um carácter eminentemente prospectivo e educacional.

Intervir na área do património industrial significa, muitas vezes, prever a intervenção num tecido urbano ao qual correspondeu um determinado processo de industrialização e que actualmente se insere na contingência de uma fase de desindustrialização e de renovação urbanística. Se o desencadear deste tipo de processos não deixou, com frequência, um tempo de análise suficiente para as questões patrimoniais, trouxe contudo a debate novas funções para “velhas” estruturas e permitiu avaliar outros tipos de bens patrimoniais, concebidos na época contemporânea. Se a memória social se havia constituído e identificado em torno de valores estéticos e artísticos, desenvolvendo, através destes, o conceito de património, a emergência de vestígios de uma cultura técnica qualificados como património vai lançar um novo paradigma na área cultural.